

BRASIL JÁ NÃO É MAU PAGADOR

Com um depósito de US\$ 350 milhões, o País volta a pagar os juros e vai negociar com o FMI.

Em nota oficial divulgada ontem, o Ministério da Fazenda comunica que o Brasil retoma hoje os pagamentos aos bancos credores com um depósito de US\$ 350 milhões, correspondentes a 37,6% dos juros devidos até janeiro passado. A decisão foi caracterizada na nota como "um gesto de determinação e confiança", passo para a rápida normalização das relações do País com a comunidade financeira internacional.

Isso significa que o governo não exigirá qualquer contrapartida dos bancos credores para realizar o pagamento. Um assessor da Fazenda explicou que não haverá contrapartida porque não se trata de um acordo interino, mas de um acordo feito por iniciativa do governo brasileiro. O pagamento, segundo o assessor, vai facilitar e acelerar a conclusão de um acordo de médio prazo, cujas negociações estariam progredindo rapidamente.

O governo brasileiro aposta na conclusão rápida deste acordo de médio prazo, que é o que interessa realmente, afirmou ainda o assessor. A nota do Ministério também acentua a necessidade de uma rápida normalização das relações com a comunidade financeira, para permitir o acesso do País aos créditos privados, de governo e dos organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento. A nota afirma ainda que o Brasil poderá fazer outros pagamentos, "na medida em que avancem as negociações". Mas eles estarão condicionados à situação das reservas brasileiras, segundo o assessor da Fazenda.

A nota abre ainda a possibilidade de que o Brasil mantenha em dia seus pagamentos, durante o período de discussões técnicas que decorrerá entre a assinatura do protocolo do acordo de médio prazo com os bancos credores e a data do início do desembolso efetivo dos primeiros empréstimos. Nesse período, previsto em dois a três meses, o governo espera o apoio dos bancos, o que significa, segundo o assessor, que os credores deverão refinanceiar a parcela que exceder a capacidade de pagamento do País.

Contatos com o Fundo

O acordo com os bancos credores particulares é apenas o primeiro ponto da normalização da situação financeira do País nos mercados mundiais, diz ainda a nota. Em seguida virá a negociação com os organismos financeiros internacionais, particularmente o Fundo Monetário Internacional (FMI). O governo vai enviar uma missão a Washington, ainda este mês, para retomar os contatos com o Fundo. Mas garante que não se trata ainda de uma missão de negociação. Os técnicos brasileiros, segundo o Ministério da Fazenda, irão a Washington apenas para discutir as políticas econômicas brasileiras, discussão que poderá "abrir caminho para um possível acordo, a ser negociado mais tarde".

Os pontos finais do processo de normalização, segundo a nota, são um acordo com o "Clube" de Paris, que reúne os governos credores, e poderá trazer a reabertura das agências de crédito à exportação, e a "avaliação e eventual adoção de instrumentos financeiros novos, quer para a redução do estoque da dívida, quer para a captação de recursos adicionais para o desenvolvimento". Estariam incluídos aí os planos "securitização" de parcela da dívida, que eram o ponto principal da proposta original levada pelo ex-ministro Bresser Pereira aos credores, em setembro do ano passado, e também a possibilidade de aplicações de recursos japoneses, no quadro do plano Nakasone de reciclagem dos superávits comerciais daquele país.

Reservas Menores

As reservas internacionais do Brasil, em moedas conversíveis, caíram US\$ 17 milhões em outubro, com relação a setembro, situando-se em US\$ 4,288 milhões, segundo informou ontem o Banco Central. As reservas de divisas, ouro e Direitos Especiais de Saque (DES), do Brasil, junto o FMI (disponibilidades efetivas) também caíram US\$ 45 milhões em outubro, atingindo a US\$ 7,341 milhões. Em dezembro de 1984, as reservas de caixa depositadas no Banco Central (BC) eram de US\$ 7,522 milhões e pelo conceito de liquidez, disponibilidade efetiva, atingiam a US\$ 11,348 milhões.

No primeiro ano da Nova República, em dezembro de 1985, as reservas de caixa brasileiras haviam aumentado para US\$ 7,690 milhões e US\$ 10,482 milhões em disponibilidades efetivas, mais ouro e DES.

As reservas internacionais do País ainda se mantiveram relativamente estáveis, em US\$ 7,792 milhões em divisas e US\$ 10,419 milhões em disponibilidades, até maio de 1986, em pleno Plano Cruzado.

A partir de maio de 86, as reservas de caixa do País começaram a diminuir e a maior queda ocorreu de setembro para outubro de 1986 (de US\$ 1,211 milhões), reduzindo-se de US\$ 7,777 milhões para US\$ 5,566 milhões. As reservas atingiram o fundo do poço em março passado, quando chegaram a US\$ 3,221 milhões, depois da moratória, decretada em 20 de fevereiro.